

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 2ª REGIÃO - SP

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

São Paulo/SP

2022

**CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 2ª REGIÃO - SP**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Relatório de Gestão do exercício de 2021 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 84/2020, da DN TCU nº 161/2017, da portaria TCU nº 65/2018 e das orientações do órgão de controle interno, conforme resolução 1832/2010.

SÃO PAULO/SP
2022

LISTA DE ABREVIACÕES/SIGLAS

CORECON-SP – Conselho Regional de Economia - 2ª Região – SP

COFECON – Conselho Federal de Economia

CBE – Congresso Brasileiro de Economia

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	5
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	6
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	6
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS.	6
1.3. NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE. .	7
1.4. BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE.....	7
1.5. ORGANOGRAMA.	8
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	9
2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.	9
2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	9
2.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais	10
2.2. INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS.	10
2.2.1. Resultados alcançados em 2021.....	10
3. RESULTADOS POR DEPARTAMENTO.....	11
3.1. DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO.	11
3.1.1. Considerações iniciais.....	11
3.1.2. Recursos Humanos do Departamento de Fiscalização.....	14
3.1.3. Rotinas desenvolvidas pelo Departamento de Fiscalização.....	14
3.1.4. Considerações finais	21
3.1.5. Anexos da Fiscalização	22
3.2. DEPARTAMENTO DE REGISTRO.	30
3.2.1. Novos registros por região – Pessoa Físicas	30
3.2.2. Novos registros por região – Estudante.	30
3.2.3. Novos registros por região – Pessoa Jurídica.	30
3.2.4. Atendimento 2021.	31
3.3. DEPARTAMENTO DE COBRANÇA.....	31
3.3.1. Comparativo dos valores obtidos entre os anos de 2020 e 2021.	32
3.4. DEPARTAMENTO JURÍDICO.	32
3.5. DEPARTAMENTO DE COMPRAS.....	33
3.6. DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA.	39
3.7. DEPARTAMENTO DE IMPRENSA.	44
3.8. DEPARTAMENTO DE ARQUIVO.....	46
4. GOVERNANÇA.	47
4.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.....	47
4.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS.....	47
4.3. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	49
4.4. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS.....	49
4.5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	49
4.6. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS.	50
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	51
5.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO.....	51
5.2. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS USUÁRIOS.....	51
5.3. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	51
5.4. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES.....	51

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	52
6.1. DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	52
6.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	52
6.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	52
6.4. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64)	53
6.4.1. Balanço Orçamentário – Receitas.....	53
6.4.2. Balanço Orçamentário – Despesas.....	54
6.5. BALANÇO FINANCEIRO (DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64)	55
6.6. BALANÇO PATRIMONIAL (DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64)	56
6.7. NOTAS EXPLICATIVAS	56
7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO DE PESSOAS.....	58
7.1. GESTÃO DE PESSOAS.....	58
7.1.1. Relação de funcionários.....	58
7.1.2. Relação de estagiários	59
7.2. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS FUNCIONÁRIOS DO CORECON-SP	59
7.3. GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL	59
7.4. CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA	59
8. CONTROLE INTERNO E DE ÓRGÃOS EXTERNOS.....	60

APRESENTAÇÃO.

Este relatório apresenta o trabalho realizado ao longo da Gestão 2021 do Conselho Regional de Economia – 2ª Região – SP, presidido pelo Economista Luiz Barsi Filho, em conjunto com o Vice-Presidente Pedro Afonso Gomes, Conselheiros, Delegados Regionais, Municipais e Distritais, os quais auxiliaram no cumprimento das metas e empenharam-se na expectativa de alcançar os objetivos pretendidos em prol da categoria.

O Plano de trabalho para 2021 contemplou o desenvolvimento de atividades que priorizaram a missão do CORECON/SP em registrar os Economistas, fiscalizar a profissão, disseminar a ciência econômica e fortalecer a presença do CORECON-SP junto à categoria em todo o Estado de São Paulo, trabalho desempenhado pelos departamentos de Registro, Fiscalização, Jurídico, Cobrança, Informática, Financeiro e Delegacias Regionais do CORECON-SP e pela Diretoria que esteve presente em inúmeros eventos em prol da categoria dos Economistas.

O Presidente Luiz Barsi Filho desenvolveu uma gestão participativa, valorizou o trabalho dos Conselheiros em prol da categoria e dos Delegados Regionais, Municipais e Distritais, apoiando-os em suas iniciativas com o objetivo de firmar a presença do CORECON-SP em todos os municípios do Estado, além de protagonizar o debate nacional, por meio do Congresso Brasileiro de Economia.

Estas foram algumas das principais ações que pontuaram a Gestão durante o ano de 2021, neste breve relato, tendo como resultado um expressivo conjunto de ações que objetivam a valorização do Economista.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1. Identificação da Entidade.

Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas	
Número de Ordem: Conselho Regional de Economia – 2ª Região - SP	
Denominação Completa: Conselho Regional de Economia do Estado São Paulo	
Denominação Abreviada: CORECON-SP	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal	CNPJ: 62.144.084/0001-94
Principal Atividade: Fiscalização Profissional	Código CNAE: 8411-6-00
Contato/Fax: (11) 3291-8700 / (11) 3291-8701	
Endereço Eletrônico: secpresidencia@coreconsp.org.br	
Página na Internet: http://www.coreconsp.org.br	
Endereço Postal: Rua Líbero Badaró, 425, 14º andar, Centro, CEP: 01009-905.	

1.2. Finalidade e Competências.

É o órgão legalmente constituído para registrar, disciplinar e exercer a fiscalização da profissão de Economista. Estão sujeitas ao registro nos CORECONS, as Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas que exerçam sob qualquer forma atividades técnicas de ECONOMIA e FINANÇAS.

Compete aos Conselhos Regionais de Economia (art. 10 da Lei 1411/51)

- Organizar e manter o registro profissional dos economistas; fiscalizar a profissão de economista;
- Expedir as carteiras profissionais;
- Auxiliar o COFECON na divulgação da técnica e cumprimento do programa referido no art. 7º, letra "i" da Lei 1411/51;
- Impor as penalidades previstas na lei;
- Elaborar o seu regimento interno para análise e aprovação pelo COFECON.

São ainda atribuições dos CORECON/SP:

- Realizar o programa de atividades elaborado pelo COFECON, no sentido de disseminação da técnica econômica nos diversos setores da economia nacional, promovendo estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do país (Decreto 31794/52, art. 36);
- Arrecadar as multas, anuidades, taxas e demais rendimentos, bem como promover a distribuição das cotas de arrecadação conforme os critérios de repartição fixados na Lei 1411/51;
- Organizar e desenvolver cursos, palestras, seminários e discussões a respeito de ética profissional (inclusive nas escolas de Economia), visando à formação da consciência dos futuros economistas para os problemas fundamentais da ética;

- d) Estabelecer normas reguladoras para os processos administrativos por meio dos quais exerce suas competências de fiscalização, registro e administração, obedecidas as normas da Consolidação da legislação da Profissão de Economista (Decreto 31794/52, art. 30 alíneas 'i', 'k' e 'l', e 50)”

1.3. Normas e Regulamentos de criação e funcionamento do órgão ou da entidade.

O Conselho Regional de Economia foi criado conforme determina a Lei Federal nº 1.411, de 13/08/51, regulamentada pelo Decreto nº 31.794, de 17/11/52, com a nova redação dada pela Lei nº 6.021, de 03/01/74, Lei nº 6.537, de 19/06/78 e Resoluções do Conselho Federal de Economia (COFECON).

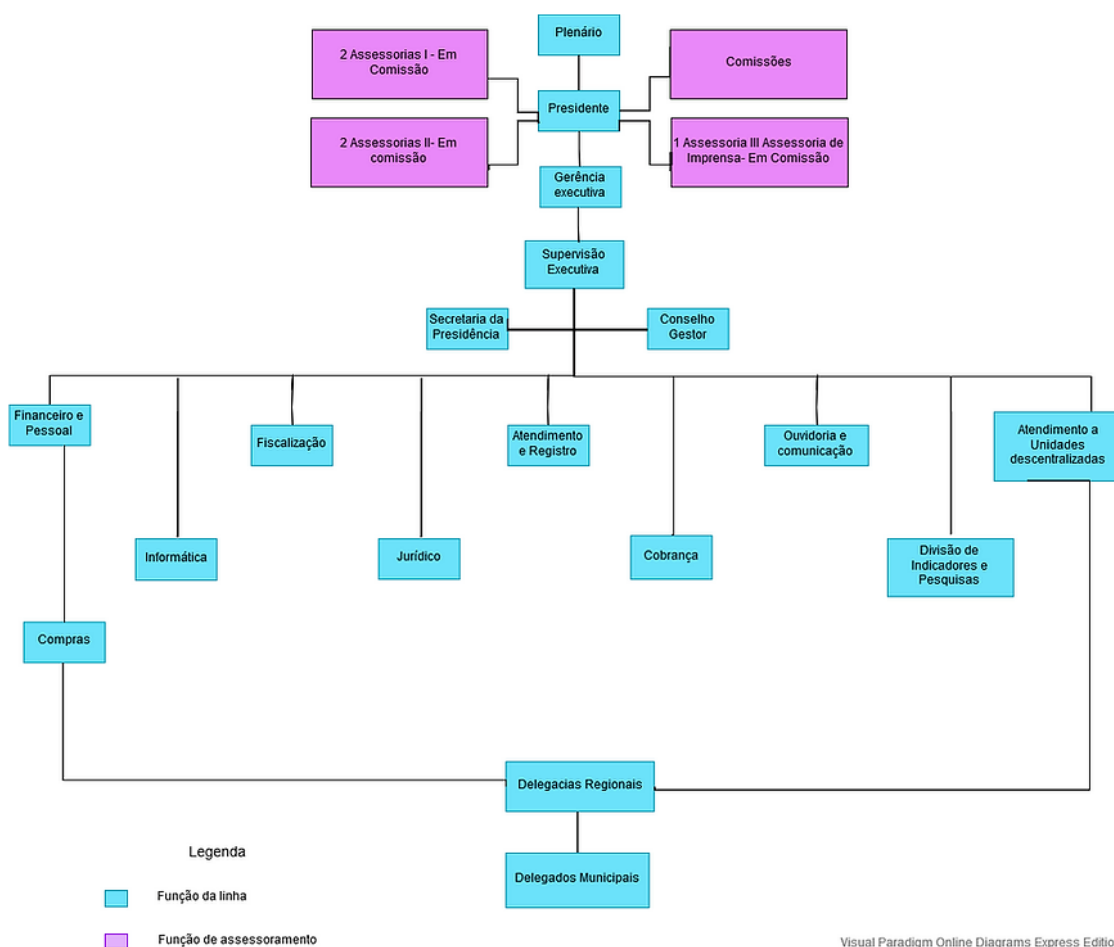
1.4. Breve histórico da entidade.

Ao longo da história, os economistas sempre foram conclamados a se pronunciar em momentos determinantes de crescimento ou estagnação da economia do País. “Ontem e hoje, eram e ainda são requisitados para traçar metas, desenvolver planos e fazer projeções de um futuro que se aproxima” (Waldir Pereira Gomes – Ex-presidente).

O exercício da profissão de Economista foi regulamentado com a edição da Lei 1.411, em 13 de agosto de 1951, quando foram criados os Conselhos Federal e Regionais de Economistas Profissionais, embora a atividade acadêmica de Economia já existisse desde 1827, com a criação da cadeira de economia política pelas faculdades de direito em São Paulo. Com a edição da Lei, foi constituído o Conselho Federal de Economia em 22.12.1951, no Rio de Janeiro, e instalado o CORECON-SP somente após a regulamentação da Lei, que se deu em 1952.

A primeira sede do CORECON-SP foi inaugurada em 18.09.1954, quase dois anos após a sua primeira reunião de constituição, e, em 1970 o CORECON-SP mudou-se para o edifício-sede da Ordem dos Economistas de São Paulo, onde permaneceu até 2006, quando se transferiu para sua sede própria na Rua Líbero Badaró, 425.

1.5. Organograma.



As áreas consideradas estratégicas responsáveis pelo desenvolvimento das atribuições finalísticas do Conselho estão apresentadas no Quadro a seguir:

Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo
Departamento Registro	Registro de profissionais	Marcia Gomes Godoy Sá	Chefe Departamento Registro
Departamento Fiscalização	Fiscalização da profissão	Bruna Koski	Chefe Departamento Fiscalização
Departamento de Cobrança	Renegociação e cobrança de débitos	Rafael Rodrigues	Chefe Departamento Cobrança
Secretaria da Presidência	Disseminação da Ciência Econômica	Presidência e o Plenário	

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional.

Priorizar a missão do Conselho Regional de Economia de São Paulo em organizar e manter o registro dos economistas, fiscalizar a profissão de economista e disseminar a ciência econômica. Fortalecer a presença do Conselho Regional de Economia junto à categoria, em todo o Estado de São Paulo, por meio de cursos, seminários e eventos organizados em conjunto com as respectivas Delegacias Regionais. Reforçar a importância da participação do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo no cenário econômico, neste momento especialmente importante, em que se encontra a economia brasileira, promovendo debates que proporcionem melhorias nas condições de vida da sociedade brasileira. Este cenário abre a perspectiva de ampliar a atuação dos economistas que devem estar preparados para participar desse processo de mudança. Daí a importância de ações por parte do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo em promover e divulgar a sociedade a importância da contribuição dos economistas paulistas ao Brasil.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.

As principais ações desenvolvidas em 2021 foram:

- Debates realizados com o objetivo de discutir temas de interesse da sociedade, ligados à política econômica e conjuntura nacional e internacional.
- Regulação e valorização da profissão de economista.
- Disponibilização no Portal do CORECON-SP com conteúdo abordando assuntos de interesse dos alunos e profissionais de Economia.
- Produção constante de conteúdos para a disseminação da Ciência Econômica utilizando a TV Economista.
- Estreitar a comunicação com os Economistas por meio de informes, bem como através do constante aprimoramento no sistema de e-mail.
- Eventos realizados em conjunto com as Delegacias Regionais, voltados aos Economistas, visando aperfeiçoamento e atualização profissional.
- Reforço das competências e atribuições das Delegacias Regionais tanto no registro quanto na fiscalização, visando trabalho em conjunto com a sede para aproximação dos economistas.
- Realização do Ranking de Ações, para disseminação de conteúdo relevante sobre atuação do economista no mercado financeiro.
- Fortalecimento do Fórum de Perícias.
- Realização do Congresso Brasileiro de Economia, maior evento do Sistema Cofecon/Corecons, para discutir os desdobramentos socioeconômicos da pandemia de Covid-19.

2.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais

O Planejamento Estratégico do sistema COFECON/CORECON's busca contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica, disseminando a técnica nos diversos setores da economia nacional. Regido pela legislação básica e resoluções do COFECON, os planos e as atribuições do CORECON são:

- Organizar e manter os registros profissionais dos economistas;
- Fiscalizar a profissão;
- Auxiliar o COFECON na divulgação técnica e cumprimento do seu programa de trabalho;
- Produzir o seu próprio Regimento Interno para exame e aprovação pelo COFECON.

2.2. Instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.

O CORECON-SP acompanha os resultados alcançados em planejamento estratégico por meio dos seguintes instrumentos de gestão:

- Plano anual de trabalho com descrição das atividades que cada departamento deve desenvolver anualmente;
- Calendário de eventos;
- Relatório de gestão anual das atividades desenvolvidas.

2.2.1 Resultados alcançados em 2021.

Ao término da gestão 2021, apresentamos no próximo capítulo deste Relatório as atividades desenvolvidas pelos Departamentos do Conselho: Registro, Fiscalização, Jurídico, Cobrança, Informática, Imprensa, Financeiro e Arquivo do CORECON-SP.

3. RESULTADOS POR DEPARTAMENTO

3.1. Fiscalização

3.1.1. Considerações iniciais

O presente relatório tem como objeto descrever de forma resumida as atividades que foram desenvolvidas pelo Departamento de Fiscalização deste CORECON-SP, no decorrer do ano de 2021.

Inicialmente, ressaltamos que as rotinas desenvolvidas fundamentaram-se nos princípios a seguir enumerados:

1) na medida dos recursos humanos e técnicos disponíveis em cada momento, visando sempre a sua otimização, os trabalhos se desenvolveram, conforme o PLANO DE FISCALIZAÇÃO.

2) tal PLANO DE FISCALIZAÇÃO, por sua vez, obedeceu as seguintes premissas básicas:

2.1- às disposições contidas na "CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DA PROFISSÃO DO ECONOMISTA", no "**Capítulo 6.2 - Os procedimentos de fiscalização profissional**", principalmente, o item 3 deste capítulo, cujo trecho segue transcrito abaixo:

Capítulo 6.2 - Os procedimentos de fiscalização profissional

6.2 – Os procedimentos de fiscalização profissional

3 – A fiscalização focalizada representa uma ação consciente do CORECON de selecionar de ofício os objetos de fiscalização com vistas ao cumprimento eficaz de sua missão institucional, direcionando seus esforços para as áreas mais relevantes para o exercício da profissão.

3.1 – Compõem a fiscalização focalizada três etapas em sequência lógica:

I – A análise de risco, que tem por objetivo selecionar os objetivos das ações de fiscalização em função de critérios de efetividade na ação fiscalizadora, aplicados nesta ordem:

a) a probabilidade de sucesso em cada ação específica, representada por uma maior receptividade da instituição objeto da fiscalização, pela inexistência de precedentes desfavoráveis na instituição ou situação escolhida ou pela disponibilidade de recursos ou circunstâncias que favoreçam um resultado desejável naquela ação frente a outros potenciais.

b) o efeito multiplicador que um sucesso em uma ação fiscalizadora representará, através da abertura de precedentes positivos aplicáveis em outras ações ou da superação de precedentes negativos anteriores;

c) o potencial quantitativo de geração ou manutenção de registros em função de um sucesso de uma dada ação fiscalizadora.

II – A geração de precedentes, que consiste na atuação em profundidade nos casos selecionados pela análise de risco, concentrando recursos humanos, materiais e técnicos na obtenção de sucesso na ação fiscalizadora.

III – A generalização dos precedentes positivos obtidos, aplicando-os em ações de características similares ou com objetos de fiscalização similares.

3) Seguindo essa estratégia, foi desenvolvida uma análise econômico-financeira sobre a contribuição resultante de novos registros de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, cujas conclusões foram as seguintes:

3.1- **no curto prazo**, a fiscalização de Pessoas Jurídicas resulta em maior contribuição para a Receita da Entidade, em termos de anuidades e demais emolumentos, com a vantagem de incluir em seu registro o

Economista Responsável, podendo resultar em novos registros de Economistas;

3.1.1- da análise da natureza e especialidade das Pessoas Jurídicas, obrigadas ao registro no CORECON, concluiu-se que aquelas voltadas a consultoria e assessoria econômico-financeira, constituem o tipo mais adequado à priorização estabelecida;

3.2- paralelamente, as ações da Fiscalização também foram dirigidas aos outros tipos de Pessoas Jurídicas, voltadas à exploração de Serviços de Avaliações, Perícias e demais atividades de natureza econômico-financeira, supostamente obrigadas ao Registro no CORECON.

3.2.1- Em muito contribuíram para intensificar essas ações, as ferramentas de pesquisa disponíveis, tais como:

a) Acesso gratuito às fichas de breve relato das empresas registradas na JUCESP, o que aumentou o universo de empresas a serem investigadas pelos agentes fiscais;

A ferramenta citada acima, sendo mais bem detalhada no item 7.2 deste relatório, ampliou o campo de fiscalização deste Departamento, possibilitando-nos desenvolver novas atividades, tais como:

- proceder à fiscalização de pessoas jurídicas “suspeitas”, selecionadas a partir da respectiva denominação social que contenha palavras chaves que sugiram a prestação de serviços de natureza econômico-financeira;
- proceder à atualização do capital social das empresas registradas no CORECON-SP, que tenham seus atos constitutivos e alterações registrados na Junta Comercial;
- proceder à fiscalização sobre as pessoas físicas que concedem entrevistas como Economistas na mídia (internet, jornais, TV), das quais não era possível descobrir o seu

endereço, para envio de ofício por este Depto de Fiscalização, ou o seu CPF, informação indispensável à cobrança judicial de uma eventual multa aplicada por este CORECON-SP.

3.3- na mesma linha de priorização, as ações da Fiscalização foram também dirigidas àquelas Pessoas Jurídicas já registradas no CORECON-SP que, por vários motivos, estavam em débito quanto à indicação de Economista Responsável;

3.4- da mesma forma, tiveram prioridade nas ações desenvolvidas por este departamento a fiscalização dos Bacharéis em Economia, localizados através da internet, em sites de empresas que divulgam os nomes e a graduação dos integrantes de suas equipes econômicas e equipes de outros departamentos que abrigam economistas, além da fiscalização das pessoas que se apresentam como economista na mídia e na rede social LinkedIn, sobre as quais constatamos possuírem graduação em economia.

3.1.2. Recursos Humanos do Departamento de Fiscalização

Dois Agentes Fiscais: Bruna e Fábio. Uma estagiária de fiscalização: Jennifer, com início do contrato de estágio em setembro/2021.

3.1.3. Rotinas desenvolvidas pelo Departamento de Fiscalização

A seguir, em linhas gerais, as atividades desenvolvidas no dia a dia pela Fiscalização de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas foram:

- 1) Atendimento às consultas, diretas ou através do Depto de Registro, Cobrança e Jurídico, feitas por telefone, e-mail ou pessoalmente, por Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas e pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoa Jurídica, sobre a necessidade ou não de registro no CORECON, em função de suas atividades profissionais ou do Objeto Social de uma empresa.

- 2) Análise e Instrução nos Processos Administrativos, PAs, respectivos sobre os Pedidos de Cancelamento de Pessoa Física / Pessoa Jurídica, com emissão de Parecer da Fiscalização e posterior remessa do P.A. ao Depto Jurídico, para emissão do Parecer Jurídico. Nossas análises e pareceres são legalmente fundamentados, de forma a permitir a comparação do efetivo exercício de atividades profissionais da Pessoa Física, ou do Objeto Social da Pessoa Jurídica, com as atividades privativas ou inerentes a Economia e Finanças, contidas na Consolidação da Legislação da Profissão do Economista (COFECON).
- 3) Atendimento, por e-mail, a consultas feitas à Ouvidoria (Corecon – Fale Conosco), por Pessoas Físicas ou Jurídicas.
- 4) Frequentes pesquisas de julgados / acórdãos recentes que melhor fundamentem as ações na fiscalização das Pessoas Físicas e Jurídicas.
- 5) Fiscalização de Pessoas Físicas não registradas no CORECON-SP:

Os critérios básicos adotados pelo CORECON-SP, para a definição da exigibilidade ou não do registro das Pessoas Físicas, são os descritos na "CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DA PROFISSÃO DO ECONOMISTA", no "**Capítulo 6.2 - Os procedimentos de fiscalização profissional**", combinado com o "**Capítulo 2.3 – O campo profissional do economista 2.3.1 – As atividades desempenhadas pelo economista**".

a) **Fiscalização sobre os graduados em Economia, provenientes das Faculdades do Estado de São Paulo.**

A partir da lista de graduados, fornecida por algumas Faculdades ao CORECON-SP, ou disponibilizada no site da própria Instituição, o Depto de Fiscalização verifica, para cada um deles, se existe registro do seu nome, neste CORECON-SP. Em caso negativo, é feita uma vasta pesquisa pela internet, a fim de obter indícios de que o Bacharel em Economia esteja exercendo a profissão (sites onde conste seu nome em equipe econômica de bancos, trabalhos realizados por ele, nas Consultorias, Gestoras de Recursos, LinkedIn e diversas outras empresas). Com base em indícios consistentes de exercício da

Profissão, o Economista é convidado, através de ofício, a efetuar sua regularização.

Os sites abaixo são os mais frequentemente utilizados pelo Depto de Fiscalização para a confirmação ou a obtenção do nome de graduados em Ciências Econômicas:

- **DIPLOMAS REGISTRADOS PELA USP**

A USP é representante do MEC para registrar diplomas dos graduados em diversas faculdades de São Paulo.

<https://uspdigital.usp.br/netunoweb/ntwPublicoAcesso.jsp?codmnu=2062>

- **LINKEDIN**

Rede social profissional que, nos últimos anos, tornou-se uma importante ferramenta de Fiscalização.

<https://www.linkedin.com/feed/>

- **ESCAVADOR**

A Plataforma permite a pesquisa de trabalhos de conclusão de curso, dissertação de mestrado e teses de doutorando, dos quais constam informações relevantes como graduações, especializações, nome da instituição de ensino de formação e nome completo do fiscalizado, para obter o CPF.

<https://www.escavador.com/>

- **LISTA DE EX-ALUNOS GRADUADOS PELA FAAP**

Em linhas gerais, os sites acima auxiliam a Fiscalização na medida em que fornecem os nomes dos Bacharéis em Economia, já diplomados. Ajudam-nos também a descobrir se aqueles que se intitulam Economistas, são graduados em Economia, e onde trabalham atualmente, com base, por exemplo, nas informações contidas na Plataforma Lattes.

http://www.aaafaap.org.br/busca_new/BuscaAluno.asp

Além dos sites acima, consultamos frequentemente sites de busca, como Google, Mídia em geral, e outros sites de diversas empresas, como os de Instituições Financeiras, Consultorias, Gestoras de Recursos, e outros, em busca das áreas onde o Economista pode atuar e de informações sobre os integrantes dessas áreas, tais como: - Equipes Econômicas, Equipe de Estudos Econômicos, Equipes de Analistas de Investimentos, de Mercado de Capitais, etc.

b) **Fiscalização de Economistas concedendo entrevistas, comentários, colunas, nas diversas mídias.**

Antes de qualquer ação do Depto. de Fiscalização, realizamos uma vasta pesquisa na internet e consultamos o site de registro de diplomas da USP, Escavador, LinkedIn e outras instituições de nível superior que disponibilizam o nome de seus formandos, a fim de nos certificar de que o fiscalizado é bacharel em economia.

Com o objetivo de evitar a abertura de processo de fiscalização para alguém já registrado no sistema CORECON, consultamos os CORECONs dos outros Estados, uma vez que o COFECON não disponibiliza um cadastro nacional de pessoas físicas registradas.

- c) Apuração de denúncias do exercício ilegal da Profissão, e providências de acordo com o Código Ético-disciplinar.
- d) Análise de Editais de Concurso Público – para nele fazer constar a exigência de registro na respectiva Entidade de Fiscalização Profissional, quando se trata da profissão de Economista.
- e) Realização de busca na rede social profissional LinkedIn.

6) **Fiscalização das Pessoas Jurídicas sem registro no CORECON-SP:**

Os critérios básicos adotados pelo CORECON-SP, para a definição da exigibilidade ou não do registro das sociedades, são os descritos na

"CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DA PROFISSÃO DO ECONOMISTA",
no "**Capítulo 6.2 - Os procedimentos de fiscalização profissional**"

6.1) Principais tipos de sociedades sujeitas ao registro no CORECON:

- Prestadoras de Serviços de Assessoria/Consultoria de natureza econômico-financeira: Viabilidade Econômica, Assessoria/Consultoria Econômico-Financeira, Consultoria de Investimentos, Perícias Econômicas, Avaliações Econômicas e outros;

6.2) Fontes de pesquisa para a fiscalização de Pessoa Jurídica:

- Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP): www.jucesponline.sp.gov.br (consulta gratuita às fichas cadastrais de empresas, que tiveram os seus atos constitutivos e alterações registrados na JUCESP).

Por meio do site www.jucesponline.sp.gov.br, prospectamos as sociedades "suspeitas" a partir da respectiva denominação social, que contenha palavras chaves, que sugiram a prestação de serviços de natureza econômico-financeira, tais como: Viabilidade Econômica; Assessoria Econômica, Consultoria Econômica e Econômico-Financeira, Consultoria de Investimentos, etc.

Ao acessar a ficha cadastral da empresa na JUCESP, obtém-se o endereço, nome dos sócios, capital social e resumo do objeto social (CNAE) e CNPJ, quando cadastrado.

Como base nessa ficha cadastral, podemos atualizar o capital social das empresas já registradas no CORECON-SP.

- o Infosense - Informações Cadastrais:

http://consulta.procob.com/pesquisa_v2/

Utilizamos essa ferramenta para, a partir da razão social de uma empresa, obter o seu CNPJ, capital social, nome dos sócios, endereços, etc.

Ela também é utilizada na pesquisa de sociedades de Economistas registrados, ao solicitarem cancelamento ou suspensão do registro.

- Receita Federal: www.receita.fazenda.gov.br
Consultando o CNPJ no site da Receita Federal, acessamos a ficha de situação cadastral da empresa, através da qual verificamos, dentre outras informações, a sua atual situação: ativa, inativa, baixada; o seu CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), e o seu endereço e nome dos sócios.
Através do CNAE é possível identificar empresas suspeitas, das quais solicitamos informações sobre as atividades que desenvolvem.
- Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOU) - Caderno Empresarial;
Analisamos o objeto social de empresas não registradas no CORECON, constante das suas atas de assembleia geral, publicadas no DOU e, quando há indícios do exercício de atividades inerentes ao campo profissional do Economista, procedemos à instauração do processo de fiscalização.
- Jornais e Revistas: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Revista Exame, Veja, Isto É, etc;
- Internet: sites de busca como Google e LinkedIn.

7. Fiscalização das Pessoas Jurídicas registradas no CORECON-SP, com irregulares quanto à indicação do Economista Responsável:

Contatamos as empresas que se encontram irregulares quanto à indicação do Responsável Técnico por suas atividades, para que procedam à regularização, em atendimento ao disposto na Lei nº 6.839/80.

8. Etapas e procedimentos relativos à Instrução e andamento do Processo Administrativo de Fiscalização, em linhas gerais:

1. Identificação de objeto social /atividade profissional fiscalizável;
2. Abertura de Processo Administrativo de Fiscalização (P.A.), com número de Processo registrado em Livro Ata;
3. Juntada dos documentos que motivaram o início do Processo de Fiscalização (fichas cadastrais obtidas no site da Receita Federal, JUCESP e CVM, atas de assembleia geral publicadas no DOU, informações/propagandas extraídas de jornais, revistas ou do site da própria empresa e outras fontes na internet);
4. Inclusão de dados cadastrais no SISCAF;
5. Encaminhamento de Ofício ao fiscalizado, comunicando-o da obrigatoriedade do registro;
6. Registro da ocorrência sobre o encaminhamento do Ofício no SISCAF;
7. Encaminhamento de Notificação, reiterando a necessidade de registro ou de apresentação de contraditório, no prazo 15 dias, a contar do recebimento do documento;
8. Registro da ocorrência sobre a Notificação no SISCAF;
9. Encaminhamento de Auto de Infração, com prazo de 15 dias, a contar do seu recebimento, para regularização do registro;
10. Registro da ocorrência sobre o Auto de Infração no SISCAF;
11. Solicitação de Parecer Jurídico, sempre que for o caso, com o devido registro no SISCAF;
12. Redação de Relatório de Fiscalização e encaminhamento do Processo Administrativo de Fiscalização ao Plenário, que deliberará quanto à aplicação de multa por infração à Lei nº 1411/51;

13. Encaminhamento de Ofício ao fiscalizado, comunicando-o da aplicação da multa pelo Plenário do Corecon, além do Acórdão e boleto para o seu recolhimento;
14. Registro da ocorrência no SISCAF, sobre o Ofício, Acórdão e Multa;
15. Encaminhamento do Processo à Assessoria Jurídica do CORECON-SP para que seja efetuada a cobrança judicial da multa aplicada quando a empresa não tiver efetuado o seu recolhimento;
16. Havendo interposição de recurso, em qualquer fase do Processo, é providenciada a instrução necessária e o seu encaminhamento ao Depto Jurídico, à Plenária do CORECON, ou do COFECON, conforme o caso, nos termos da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista.

Obs.: Em qualquer etapa do Processo:

- São prestados esclarecimentos adicionais por meio de reuniões com o interessado, ou por telefone, e-mail, correspondências e outros. Todos esses contatos e documentos enviados e recebidos são registrados no SISCAF e juntados ao Processo.
- Todos os comprovantes de ciência dos comunicados enviados ao fiscalizado são juntados ao Processo.
- A parte interessada pode ter vistas ao Processo, mediante a assinatura de termo de vista, que também é juntado ao Processo.

3.1.4. Considerações finais

Este é o resumo das atividades desenvolvidas pelo Depto de Fiscalização em 2021. Por oportuno, anexamos a seguir o item INDICADORES DA FISCALIZAÇÃO (ANEXO I), que apresenta os resultados obtidos no ano de 2021, as tabelas contendo um resumo das ocorrências relativas às pessoas físicas e jurídicas que estão ou estiveram sob fiscalização (ANEXOS II e III)

e a relação das pessoas físicas e jurídicas que se registraram, em 2021, a partir das ações deste departamento (ANEXOS IV e V).

3.1.5. Anexos da Fiscalização

ANEXO I

INDICADORES DA FISCALIZAÇÃO

**Registros efetuados em 2021, a partir de ações do Depto de Fiscalização e
Receita estimada pelos novos registros para 2022**

PESSOAS FÍSICAS

- Quantidade de Registros Definitivos: **28 registros**
- Receita estimada pelos novos registros DEFINITIVOS, considerando os valores de anuidade vigente em 2022: **R\$ 15.050,28** (quinze mil, cinquenta reais e vinte e oito centavos).

PESSOAS JURÍDICAS

- Quantidade de Registros Definitivos: **10 registros**
- Receita estimada pelos novos registros, considerando o valor das anuidades vigentes em 2022: **R\$ 11.776,79** (onze mil, setecentos e setenta e seis reais e setenta e nove centavos).

QUADRO GERAL DE REGISTROS - Pessoa Jurídica e Pessoa Física

(Pessoa Jurídica é considerando os valores das anuidades vigentes em 2022)

28 registros definitivos de Pessoa Física, que geram receita de R\$ 15.050,28
10 registros de Pessoa Jurídica, que geram receita de R\$ 11.776,79
TOTAL: 38 registros
RECEITA GERADA PELA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DAS EMPRESAS
R\$ 25.592,48
RECEITA ANUAL ESTIMADA TOTAL: R\$ 52.419,55

ANEXO II

QUADRO RESUMO DE OCORRÊNCIAS: PESSOAS FÍSICAS

PERÍODO: 04 DE JANEIRO A 23 DE DEZEMBRO DE 2021

PESSOAS FÍSICAS REGISTRADAS POR AÇÕES DA FISCALIZAÇÃO	
FISCALIZAÇÃO SOBRE ECONOMISTA NA INTERNET	28
ECONOMISTA RESPONSÁVEL TÉCNICO POR EMPRESA FISCALIZADA (REGISTRO DEFINITIVO)	-
(1) TOTAL DE ECONOMISTAS REGISTRADOS POR AÇÕES DA FISCALIZAÇÃO EM 2021	28

OCORRÊNCIAS RELATIVAS ÀS PESSOAS FÍSICAS	
OFÍCIOS	131
NOTIFICAÇÕES	78
AUTOS DE INFRAÇÃO	74
MULTAS APLICADAS	35
E-MAILS ENVIADOS/RECEBIDOS	74
CONTATOS TELEFÔNICOS	48
ENCAM. DE PROCESSOS A OUTROS DEPTOS	360
OUTRAS OCORRÊNCIAS (INFORMAÇÕES / RECEB. DE DOCS / ARQUIVAMENTOS / ATUALIZAÇÃO CADASTRAL)	103
(2) TOTAL DE PROCEDIMENTOS	903

PARECERES EMITIDOS PELA FISCALIZAÇÃO	
ANÁLISE DAS ATIVIDADES	19
ANÁLISE DAS ATIVIDADES – PEDIDOS DE CANCELAMENTO DE REGISTRO	257
(3) TOTAL DE PARECERES EMITIDOS	276

TOTAL GERAL DOS PROCEDIMENTOS (PESSOA FISICA) (1) + (2) + (3)	1207
--	-------------

TOTAL DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO EM ANDAMENTO NA PRESENTE DATA	38
---	-----------

ANEXO III

QUADRO RESUMO DE OCORRÊNCIAS: PESSOAS JURÍDICAS

PERÍODO: 04 DE JANEIRO A 23 DE DEZEMBRO DE 2021

TOTAL DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO EM ANDAMENTO NA PRESENTE DATA	24
---	-----------

(1) PESSOAS JURÍDICAS REGISTRADAS POR AÇÕES DA FISCALIZAÇÃO EM 2021	10
--	-----------

OCORRÊNCIAS RELATIVAS ÀS PESSOAS JURÍDICAS EM 2021	
OFÍCIOS	71
NOTIFICAÇÕES	40
AUTOS DE INFRAÇÃO	31
MULTAS APLICADAS	14
E-MAILS ENVIADOS/RECEBIDOS	26
CONTATOS TELEFÔNICOS	37
OUTRAS OCORRÊNCIAS (INFORMAÇÕES / REC. DE DOCS / DEFESA / ARQUIVAMENTOS / ENCAMINHAMENTO A OUTROS DEPTOS / ATUALIZAÇÃO CADASTRAL)	824
(2) TOTAL DE PROCEDIMENTOS	1043

ANÁLISES DE OBJETO SOCIAL	
ANÁLISE DO OBJETO SOCIAL – PEDIDOS DE CANCELAMENTO DE REGISTRO	65
ANÁLISES E ORIENTAÇÕES (PESSOALMENTE / TEL. / CONTATO VIA SITE / E-MAIL) PARA CONTADORES, ADVOGADOS E OUTRAS EMPRESAS, RELATIVAS A OBJETOS SOCIAIS E NECESSIDADE DE REGISTRO)	48
(3) TOTAL DE ANÁLISES	113

ATUALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL – EMPRESAS COM REGISTRO DEFINITIVO NO CORECON-SP, COM SEUS ATOS CONSTITUTIVOS E ALTERAÇÕES ARQUIVADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUCESP)	
EMPRESAS LOCALIZADAS NA JUCESP	945
EMPRESAS QUE TIVERAM O SEU CAPITAL SOCIAL ALTERADO NO SISCAF COM BASE NAS INFORMAÇÕES OBTIDAS NA JUCESP (somente empresas que alteraram sua faixa de capital social, as empresas que tiveram aumento de capital sem alteração de faixa de cobrança, não constam aqui).	16
(4) TOTAL DE PROCEDIMENTOS	961
RECEITA ESTIMADA GERADA PELAS EMPRESAS QUE TIVERAM AUMENTO DE CAPITAL	R\$ 25.592,48

TOTAL GERAL DOS PROCEDIMENTOS (PESSOA JURÍDICA) (1) + (2) + (3) + (4)	2127
--	-------------

ANEXO IV

**RELAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS REGISTRADAS EM 2021 A
PARTIR DE AÇÕES DO DEPTO DE FISCALIZAÇÃO**

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	CAPITAL SOCIAL (R\$)	ANUIDA DE INTEGRAL 2022 (R\$)
ANDREA BASTOS DAMICO CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA.	37.865.368/000 1-22	1.000,00	671,88
BELLEVARDE CONSULTORIA E ANÁLISES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.	35.573.785/000 1-76	10.000,00	671,88
CTY INVEST CONSULTORIA E ASSESSORIA ECONOMICA LTDA.	39.592.220/000 1-97	1.000,00	671,88
FIGUEIRA CONSULTORIA ECONOMICA EIRELI	21.504.208/000 1-18	99.800,00	1.768,41
GRANT THORNTON CORPORATE CONSULTORES DE NEGÓCIOS LTDA.	13.418.712/000 1-77	250.000,0 0	2.652,61
HAGEN FIN CONSULTORIA ECONOMICA E FINANCEIRA LTDA.	37.704.571/000 1-17	10.000,00	671,88
LD CARRER CONSULTORIA ECONOMICA LTDA.	05.936.867/000 1-77	1.000,00	671,88
LTS CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA.	36.328.613/000 1-08	1.000,00	671,88
MDM CAPITAL CONSULTORIA, ASSESSORIA, INTERMEDIÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	21.054.110/000 1-06	433.091,6 1	2.652,61
WPALMA ASSESSORIA ECONÔMICA LTDA.	37.463.893/000 1-11	1.000,00	671,88

EMPRESAS QUE SE REGISTRARAM	10 empresas
RECEITA ANUAL ESTIMADA PELOS NOVOS REGISTROS	R\$ 11.776,79

ANEXO V

RELAÇÃO DAS PESSOAS FÍSICAS REGISTRADAS EM 2021 A PARTIR DE AÇÕES DO DEPTO DE FISCALIZAÇÃO

REGISTRADOS POR FISCALIZAÇÃO - PESSOA FÍSICA			
NOME	CPF	ANO	TIPO DE REGISTRO
ALEX MODERN	470.853.32 8-40	2021	DEFINITIVO
ANTONIO PARREIRAS MARTINS PEREIRA	168.809.66 7-13	2021	DEFINITIVO
ARIANE AMANDA BENEDITO	405.003.64 8-77	2021	DEFINITIVO
DIOGO ABRY GUILLEN	105.188.95 7-00	2021	DEFINITIVO
EDUARDO KRONENBERG GLEZER	223.987.55 8-51	2021	DEFINITIVO
FABIANO VIANA ROMANO	163.686.23 8-10	2021	DEFINITIVO
FABIO ROCHA DINIZ	410.395.85 8-84	2021	DEFINITIVO
GIOVANNA MATIAS SANTOS	461.918.20 8-79	2021	DEFINITIVO
GIOVANNI BANCHETTI CORDEIRO	314.289.81 8-29	2021	DEFINITIVO
GUILHERME FROLDI CARROZZA	334.915.55 8-84	2021	DEFINITIVO
GUILHERME HENRIQUE ALBERTIN DOS REIS	355.885.67 8-38	2021	DEFINITIVO
GUILHERME SANTOS MELLO	318.791.89 8-01	2021	DEFINITIVO
ILAN RYFER	016.795.59 7-70	2021	DEFINITIVO

ITALO DE PAULA FRANCA	229.759.67 8-29	2021	DEFINITIVO
LISANDRA BARBERO DE SOUSA	470.166.45 8-86	2021	DEFINITIVO
LORENA CARLA BARBOSA DE MACÊDO	429.808.11 8-40	2021	DEFINITIVO
LUCA ROTHER CREPALDI	020.511.82 1-67	2021	DEFINITIVO
LUCAS FIGUEIREDO REIS CACHAPUZ	124.848.62 7-76	2021	DEFINITIVO
MARCO ANTONIO DE PAULO MACIEL	876.066.31 7-00	2021	DEFINITIVO
MARTIM GAMAL MESQUITA	388.194.80 8-24	2021	DEFINITIVO
MATHEUS RIBEIRO SONODA	424.069.84 8-00	2021	DEFINITIVO
PAULA KARINE RIBAS MAGALHÃES	354.918.38 8-70	2021	DEFINITIVO
PAULO FERNANDO NERICKE MOTULA	015.376.83 0-47	2021	DEFINITIVO
RENAN BASSOLI DINIZ	392.438.41 8-58	2021	DEFINITIVO
RODRIGO AMORIM ROMBALDE	456.080.80 8-23	2021	DEFINITIVO
RODRIGO NOBREGA PEREIRA	455.933.90 8-27	2021	DEFINITIVO
RONALDO ALVES PINHEIRO	297.150.56 8-57	2021	DEFINITIVO
THAIS AZEVEDO DOS SANTOS	081.413.81 6-01	2021	DEFINITIVO
TOTAL			28 Economistas

REGISTRO DE PESSOA FÍSICA	QUANTIDADE	RECEITA ESTIMADA
REGISTRO DEFINITIVO	28	R\$ 15.050,28

Bruna Fernandes Koski
Chefe do Departamento de Fiscalização

3.2. Departamento de Registro

3.2.1. Novos registros por região – Pessoa Física

TIPO	LOCAL/MÊS	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Total Regional
Pessoa Física	ABC		1	3	1	1	1	1	2		2	2		14
	Araçatuba												1	1
	Bauru						3			1	1			5
	Campinas	1	2	2		5		1	2	2	6	2	2	25
	Jundiaí						1	1						2
	Pres. Prudente		2											2
	Santos	2		1				1	1	1		1		7
	Ribeirão Preto		1		2			7		1	1	2	2	16
	S. J. do Rio Preto				1	1	1	1		1				5
	S. J. dos Campos			4	1			2	1	1	3			12
	Sorocaba	1		2		1	1				1	1		7
	Sede - Capital	10	22	13	7	14	13	18	8	12	16	14	12	159
	Total Mensal	14	28	25	12	22	20	32	14	19	30	22	17	255

3.2.2. Novos registros por região – Estudante

TIPO	LOCAL/MÊS	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Total Regional
Estudante	ABC					2				1				3
	Araçatuba													0
	Bauru													0
	Campinas		1	2	3	1	1					1		9
	Jundiaí		1		1									2
	Pres. Prudente				1									1
	Santos								1	1				2
	Ribeirão Preto				1			1	1				1	4
	S. J. do Rio Preto													0
	S. J. dos Campos							1						1
	Sorocaba		1		1	1	1							4
	Sede - Capital	2	3	4	7	2	4	1	3	2	1	4	1	34
	Total Mensal	2	6	6	14	6	6	3	5	4	1	5	2	60

3.2.3. Novos registros por região – Pessoa Jurídica

TIPO	LOCAL/MÊS	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Total Regional
Pessoa Jurídica	ABC													0
	Araçatuba													0
	Bauru													0
	Campinas										1			1
	Jundiaí							1						1
	Pres. Prudente													0
	Santos						1							1
	Ribeirão Preto									1				1
	S. J. do Rio Preto													0
	S. J. dos Campos													0
	Sorocaba													0
	Sede - Capital	1	2	1			4	3	4	2	4	2	2	25
	Total Mensal	1	2	1	0	0	5	4	4	3	5	2	2	29

3.2.4. Atendimento 2021

TIPO DE ATENDIMENTO	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Total
Reabertura de Registro Pessoa Física	1	2	1			1	2			3	4		14
Reabertura + Tratamento Especial			1										1
Transferência + Inscrição Remida													0
Tratamento Especial Dispensado	20	25	19	5	7	4	20	18	13	12	4	9	156
Cancelamento Pessoa Física	10	72	23	12	72	50	21	32	25	30	30	41	418
Falecidos com remissão de débitos		2	1	2	4	9	13	36	26	38	4	2	137
Falecidos sem remissão de débitos		9	6	3	4	105	3	1		106	3	3	243
Transferência Pessoa Física			1						1				2
Reabertura de Registro Pessoa Jurídica													0
Cancelamento Pessoa Jurídica	2	19	11	6	22	11	2	4	6	8	11	6	108
Transferência Pessoa Jurídica													0
Transformação Reg. Sec. p/Definitivo PJ													0
Suspensão Temporária de Registro PJ		1											
Suspensão Temporária de Registro PF	12	31	12	10	10	8	12	9	12	13	7	5	141
TOTAL MENSAL	45	161	75	38	119	188	73	100	83	210	63	66	1220

Márcia Godoy
Chefe do Departamento de Registro

3.3. Departamento de Cobrança

A arrecadação realizada no ano de 2021, proveniente de renegociações firmadas com economistas e empresas, referente a anuidades vencidas, somou o montante de **R\$ 3.343.794,19** (três milhões, trezentos e quarenta e três mil, setecentos e noventa e quatro reais e dezenove centavos). O valor citado acima é resultante de procedimentos de cobrança efetuados através de ligações telefônicas, troca de e-mails e envio de cartas. No mesmo ano, foram efetuados parcelamentos de débitos vencidos que somaram o valor de **R\$ 2.288.573,45** (dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil, quinhentos e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos).

3.3.1. Comparativo dos valores obtidos entre os anos de 2020 e 2021

TOTAL PARCELADO		TOTAL ARRECADADO	
Ano 2020	Ano 2021	Ano 2020	Ano 2021
R\$ 1.997.806,15	R\$ 2.288.573,45	R\$ 2.827.254,36	R\$ 3.343.794,19

Rafael Tolentino Rodrigues
Chefe do Departamento de Cobrança

3.4. Departamento Jurídico

Segue abaixo, relatório de gestão do período de 2021. Como é sabido, iniciei meus trabalhos em Janeiro/2022, tendo encontrado um departamento jurídico desorganizado, desestruturado, sem nenhum controle processual e administrativo.

No primeiro ato após o início de meus trabalhos, solicitei certidões de distribuição de feitos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – SP e no Tribunal Regional Federal da 3ª Região – SP/MS.

Após emissão das certidões, tomei conhecimento da existência de **361 (trezentos e sessenta e um)** processos em trâmite na justiça de primeira instância do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – SP, e **4.504 (quatro mil, quinhentos e quatro)** processos em trâmite no Tribunal Regional Federal da 3ª Região – SP/MS.

Diante do vultoso número de processos a serem apreciados, o departamento está sobrecarregado de trabalho. Cito isto porque, além dos processos que acima citamos, ainda temos as distribuições das execuções fiscais do ano de 2021, que também não foram realizadas pelo antigo gestor.

Também, além dos processos judiciais, sua análise minuciosa e peticionamento eletrônico, há diversos trabalhos a serem realizados da gestão anterior:

- 1) Elaboração de pareceres administrativos de pedidos de economistas (cancelamento, remissão de débitos, suspensão temporária, bem como demais matérias);
- 2) Confeção dos aditivos de contrato de locação das delegacias do Conselho. Há contratos sem aditivos desde o ano de 2013;
- 3) Confeção de acordos de dívidas em sede de execução fiscal.

Em suma, diante da falta de informações da antiga gestão, este é o relatório que o departamento jurídico pôde apresentar.

Diego Luiz de Freitas
OAB/SP 296.729

3.5. Departamento de Compras

Nº DV	Abertura	FINALIDADE	EMPRESA	VALOR	Requis.	Pagto.	SITUAÇÃO
1	13/jan	PRODUTOS DE LIMPEZA	FIBRILAR PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.	R\$ 2.066,21	03/fev	10/mar	Concluído
		PRODUTOS DE LIMPEZA - 2ª COMPRA	AMADE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI	R\$ 1.127,37	20/mai	11/jun	Concluído
		PRODUTOS DE LIMPEZA - 3ª COMPRA	VIASUPRI SUPRIMENTOS DE ESCRITÓRIO	R\$ 846,67	24/ago	17/set	Concluído

			E LIMPEZA LTDA.				
		PRODUTOS DE LIMPEZA - 4ª COMPRA	AMADE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI	R\$ 1.453,69	19/nov	10/dez	Concluído
3	21/jan	MEDICAMENTOS	GUEDES E PAIXÃO - DROGARIA MINAS BRASIL	R\$ 1.284,46	28/jan	02/fev	Concluído
		MEDICAMENTOS - 2ª COMPRA	GUEDES E PAIXÃO - DROGARIA MINAS BRASIL	R\$ 537,13	14/out	14/out	Concluído
7	18/fev	FILTROS DESCARTÁVEIS PARA AR CONDICIONADO	MANFLAIR COMÉRCIO DE FILTROS NACIONAIS E IMPORTADOS LTDA.	R\$ 235,08	01/mar	02/mar	Concluído
8	19/fev	DELEGACIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - TONER	LEBLON TECNOLOGIA E COMPUTADORES LTDA. - YAKAO	R\$ 355,87	01/mar	03/mar	Concluído. Delegacia fez a compra
10	08/abr	CAFÉ E AÇUCAR	BRASLIMPO COMERCIAL LTDA.	R\$ 867,16	20/abr	24/mai	Concluído
		CAFÉ E AÇUCAR 2ª COMPRA	BRASLIMPO COMERCIAL LTDA.	R\$ 2.136,70	27/out	24/nov	Concluído
11	13/abr	HIGIENIZAÇÃO DE BEBEDOUROS	FABIO TADEU BOSCOVISCH MALICIA - ELO HIGIENIZAÇÃO DE BEBEDOUROS	R\$ 300,00	09/jun	11/jun	Concluído
12	13/abr	RIBBON PARA IMPRESSORA DE CARTÕES	BRASIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA. - BRAST	R\$ 624,00	26/abr	26/abr	Concluído
13	13/abr	PAPEL SULFITE	VIASUPRI SUPRIMENTOS DE ESCRITÓRIO E LIMPEZA LTDA.	R\$ 3.806,00	31/mai	07/jun	Concluído
14	20/abr	VACINA CONTRA GRIPE	VACINAR CENTRO DE IMUNIZAÇÃO LTDA.	R\$ 3.600,00	19/jul	12/ago	Concluído
15	20/abr	PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE VÍDEOS DA TV ECONOMISTA	ORGANIZAÇÃO TENDÊNCIAS DE COMUNICAÇÕES	R\$ 27.600,00	.x.x.x.	.x.x.x.	Em andamento Imprensa faz

			E PUBLICIDADE EIRELI				requisição mensal
16	25/mai	ENVELOPES PARA ELEIÇÃO	LEARDINI SOLUÇÕES GRÁFICAS EIRELI	R\$ 7.500,00	08/jun	05/jul	Concluído
17	18/mai	DEDETIZAÇÃO	FABIO TADEU BOSCOVISCH MALICIA - ELO HIGIENIZAÇÃO DE BEBEDOUROS	R\$ 420,00	13/ago	16/ago	Concluído
18	18/mai	CBE - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	SCHABELL & ASSOCIADOS CONSULTORIA EM GESTÃO DE RELAÇÕES EMPRESARIAIS LTDA	R\$ 9.600,00	12/jul	15/jul	Concluído
				R\$ 12.800,00	02/set	19/out	
				R\$ 9.600,00	21/set	21/out	
				R\$ 32.000,00		TOTAL	
19	18/mai	CBE - PLATAFORMA DE INGRESSO	LETS SOFTWARE LTDA. - SOFT CONNECT	R\$ 0,00	.x.x.x.	.x.x.x.	Concluído. Valores pagos sobre ingressos, presidência fez requisição.
20	18/mai	CBE - PLATAFORMA DE EVENTO	LETS SOFTWARE LTDA. - SOFT CONNECT	R\$ 15.000,00	26/jul	26/jul	Concluído. Presidência fez a requisição
				R\$ 15.000,00	02/set	06/set	
				R\$ 20.000,00	15/set	15/set	
				R\$ 50.000,00		TOTAL	
21	18/mai	GAVETEIROS PARA O ARQUIVO GERAL	INTERFLEX OFFICE-BRASIL MÓVEIS LTDA.	R\$ 908,00	09/ago	30/ago	Concluído
22	18/mai	TONER PARA A IMPRESSORA COLORIDA	BRUNELLI COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA.	R\$ 3.780,00	23/jul	03/ago	Concluído
23	18/mai	IMPRESSOS PARA USO DIÁRIO	AUREMAR ARTES GRÁFICAS LTDA.	R\$ 13.320,00	24/ago	17/set	Concluído
24	06/jul	CBE - EQUIPAMENTOS E EQUIPE DE TRANSMISSÃO	ASAPH SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.	R\$ 19.200,00	11/ago	17/ago	Concluído. Presidência fez a requisição
				R\$ 19.200,00	30/ago	31/ago	

				R\$ 9.600,00	21/set	21/set	
				R\$ 48.000,00		TOTAL	
25	06/jul	CBE - ESPAÇO FÍSICO COM ESTRUTURA PARA FILMAGEM	PLENO AUDIOVISUAIS EIRELI	R\$ 18.700,00	11/ago	12/ago	Concluído. Presidência fez a requisição
				R\$ 18.700,00	30/ago	31/ago	
				R\$ 9.350,00	21/set	21/set	
				R\$ 46.750,00		TOTAL	
26	06/jul	CBE - SALAS SIMULTANEAS VIRTUAIS	PLENO – LC LED TECNOLOGIA E LOCAÇÃO LTDA.	R\$ 19.600,00	11/ago	16/ago	Concluído. Presidência fez a requisição
				R\$ 19.600,00	30/ago	31/ago	
				R\$ 9.800,00	21/set	21/set	
				R\$ 49.000,00		TOTAL	
27	06/jul	CBE - APLICATIVO	NOVARI COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.	R\$ 15.000,00	19/jul	13/ago	Concluído. Presidência fez a requisição
				R\$ 5.000,00	24/set	23/set	
				R\$ 5.000,00	20/out	20/out	
				R\$ 25.000,00		TOTAL	
28	29/jul	ANÁLISE DO AR E MANUTENÇÃO DO AR-CONDICIONADO	ALEXANDRE MORAIS NOBRE - ELETROTEC CLIMATIZAÇÃO	R\$ 23.136,00	.x.x.x.	.x.x.x.	Contrato Anual
29	29/jul	CORREIAS PARA AR-CONDICIONADO	DISTRIBUIDORA DE FERRAMENTAS KENNEDY LTDA.	R\$ 287,56	26/ago	27/ago	Concluído
30	24/ago	CBE - GRUPO CULTURAL DE PROTAGONISMO FEMININO	ANNA LUIZA DE OLIVEIRA MENEZES E IDELFONSO - SCARPIN – QUARTETO MPB DE BOSSA FEMININO	R\$ 4.150,00	10/set	13/set	Concluído. Presidência fez a requisição
				R\$ 4.150,00	21/set	22/set	
				R\$ 8.300,00		TOTAL	
31	24/ago	CBE - GRUPO CULTURAL DE CARÁTER SOCIOEDUCATIVO	EMBRASHOW EVENTOS ARTISTICOS LTDA. - GRUPO ARTISTICO	R\$ 21.500,00	06/set	09/set	Concluído. Presidência fez a requisição

			MENINOS DO MORUMBI				
32	24/ago	CBE - GRUPO CULTURAL DE MUSICA INSTRUMENTAL	FARES BAPTISTA PINTO JUNIOR - QUARTETO DE CORDAS	R\$ 3.150,00	10/set	13/set	Concluído. Presidência fez a requisição
				R\$ 3.150,00	22/set	22/set	
				R\$ 6.300,00		TOTAL	
33	24/ago	CBE - GRUPO CULTURAL DE MUSICA POPULAR BRASILEIRA	ROBERTA CUNHA VALENTE	R\$ 12.000,00	10/set	14/set	Concluído. Presidência fez a requisição
34	24/ago	CHESTER PARA OS FUNCIONARIOS	SEARA ALIMENTOS LTDA.	R\$ 4.001,02	06/dez	31/dez	Concluído
		PANETONE PARA OS FUNCIONÁRIOS	PANDURATA ALIMENTOS LTDA. - BAUDUCO	R\$ 1.943,46	26/nov	29/nov	Concluído
35	26/ago	PACAEMBU - CAÇAMBAS	TRANSMORATO - TRANSPORTE E COLETA DE LIXO LTDA.	R\$ 1.140,00	03/set	06/set	Concluído
		PACAEMBU - CAÇAMBAS	TRANSMORATO - TRANSPORTE E COLETA DE LIXO LTDA.	R\$ 760,00	27/set	27/set	Concluído
36	27/ago	CBE - PALESTRANTE INTERNACIONAL	DOMENICO DE MASI	EUR 3.000,00 / R\$ 22.338,86	29/set	30/set	Concluído. Presidência fez a requisição
37	27/ago	CBE - MATERIAL AUDIOVISUAL E VINHETAS	ROSEANE BARROS GOMES DA SILVA E SILVA	R\$ 5.000,00	06/set	06/set	Concluído. Presidência fez a requisição
				R\$ 5.000,00	15/set	15/set	
				R\$ 10.000,00		TOTAL	
38	27/ago	CBE - TRADUTOR	HIPPO BUSINESS LANGUAGE CONSULTING LTDA.	R\$ 1.550,00	06/set	08/set	Concluído. Presidência fez a requisição
				R\$ 300,00	08/out	21/out	
				R\$ 1.850,00		TOTAL	
39	27/ago	CBE - BUFFET	POLIANA MARIA DA SILVA - EMII EVENTOS	R\$ 8.000,00	17/set	17/set	Concluído. Presidência fez a requisição
				R\$ 8.000,00	30/set	01/out	
				R\$ 16.000,00		TOTAL	

40	10/set	DELEGACIA DE ARAÇATUBA - CLIMATIZADOR	MAGAZINE LUIZA LTDA.	R\$ 1.490,30	11/out	11/out	Concluído
41	10/set	PACAEMBU - PISO LAMINADO	C. H. COMPERCIO DE PISOS LTDA, - UPFLOOR PISOS LAMINADOS	R\$ 5.635,00		18/out	Concluído. Presidência fez a requisição
				R\$ 5.635,00		29/out	
				R\$ 5.635,00		30/nov	
				R\$ 5.635,00		20/dez	
				R\$ 22.540,00		TOTAL	
42	05/out	PACAEMBU - REFORMA	CICERO VITAL DOS SANTOS	R\$ 5.600,00		20/ago	Concluído. Presidência fez a requisição
				R\$ 5.600,00		23/ago	
				R\$ 5.600,00		25/ago	
				R\$ 5.600,00		09/set	
				R\$ 5.600,00		16/set	
				R\$ 5.600,00		23/set	
				R\$ 5.600,00		04/out	
				R\$ 5.600,00		18/out	
				R\$ 5.600,00		04/nov	
				R\$ 50.400,00		TOTAL	
43	12/nov	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO	CASAS BAHIA	R\$ 389,90	12/nov	12/nov	Concluído
44	23/nov	LEVANTAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS FIXOS	GC ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	R\$ 10.000,00			Em andamento

Elisabeth Richter
Responsável Compras

3.6. Departamento de Informática

O que é SLA (Service Level Agreement) ou ANS (Acordo de Nível de Serviço) ?



O Service Level Agreement (SLA) — ou Acordo de Nível de Serviço (ANS), em português — é fundamental para qualquer contrato de prestação de serviços na TI. Refere-se à especificação, em termos mensuráveis e claros, de todos os serviços que o contratante pode esperar do fornecedor na negociação.

Além disso, apresenta metas de nível de serviço, termos de compromisso, prazos de contratos, suporte técnico, entre outros. Em outras palavras, é um esclarecimento técnico do contrato. É importante deixar ressaltar que o SLA é um documento exigido em qualquer relação contratual de TI.

Abaixo é demonstrado nosso SLA nos serviços prestados em 2021:

O nível de SLA de 96,5 % de tempo de atividade / disponibilidade resulta nos seguintes períodos de tempo de inatividade / indisponibilidade permitidos:

Diária : 50m 24s

Semanal : 5h 52m 48s

Mensal : 1d 1h 34m 1s

Trimestral : 3d 4h 42m 3s

Anual : 12d 18h 48m 13s

FIREWALL

Realizada a melhoria e refinamento da nossa Solução de FIREWALL, contando com análise de pacotes criptografados e análise profunda de tráfego SSL/TLS, se antepondo às ameaças como, por exemplo, Ransomware e incluindo as novas RTDMI E proteção MELTDOWN, além de outros malwares informáticos.



Os principais serviços de segurança estão adicionados em um pacote prático, mantendo a rede protegida contra vírus, intrusões, redes de bots, spyware, worms e outros ataques maliciosos conhecidos e jamais vistos com proteção em tempo real contra ataques sofisticados com o sandboxing de rede com RTDMI Tecnologia de inspeção de memória profunda em tempo real (RTDMI™) também eficaz contra a vulnerabilidade do Processador(MELTDOWN).

Substituição e Melhoria em nossas Ferramentas de Verificação e Monitoramento de Estações de Trabalho e Servidores Windows.



Atualizamos nossa solução recém adquirida de endpoint, ainda mais adequada às boas práticas de segurança da informação modernas. Entre as melhorias:

- a) Combate mais efetiva a Ransomware;
- b) Análise heurística de navegação WEB e conexões SSL/TLS ;
- c) Menor cliente Instalado, mais funcionalidades na nuvem.
- d) Novas funcionalidades devido ao alinhamento da solução com nosso firewall, criando maior segurança entre as camadas TCP-IP, graças a integração
- e) Maior efetividade nas operações de gerenciamento e distribuição de políticas de firewall complementar em todo o ambiente;




- f) Compatibilidade com as Novas Versões de Windows10 como a Build 20H2
- g) Redução de incompatibilidades da solução anterior
- h) Otimização dos recursos com mais uma segmentação de CORE com ganho de velocidade, controle e facilidade na detecção de incidentes.

Mantida Versão do Windows10 build 20H2 dos sistemas operacionais (estações de trabalho sede), para operação satisfatória do expediente do CORECON-SP.



Como esta versão tem suas atualizações, melhorias e suporte ativos e como mostrou-se adequada ao Hardware atual foi mantida para as operações gerais e foi mantido o ciclo de atualizações constantes de segurança, já que as builds anteriores não tem mais suporte e atualizações necessárias às premissas de segurança atuais.

OUTSOURCING DE IMPRESSÃO

	Árvores Consumidas	<i>A quantidade de árvores que foram utilizadas para fazer papel.</i>
	CO2 Produzido	<i>Os gases de efeito estufa liberados para produzir papel.</i>
	Equivalente a	<i>A energia utilizada para produzir o papel representa a energia consumida por uma lâmpada comum em horas</i>

Com políticas acertadas de uso, operação e conscientização, conseguimos manter em um nível aceitável nosso impacto ambiental no que tange às impressões garantidas pelo Contrato de Outsourcing de Impressão, alinhado às melhores práticas de mercado, economicidade e produtividade.

Circuito Fechado de Televisão CFTV



Refinamento e Manutenção Corretiva e Preventiva no Sistema de CFTV na SEDE CORECON-SP, provendo segurança e atendimento a solicitações legais, caso requeridas.

Fluxo de Dados na Internet



Foram trafegados no ano de **2021 37,8 TB** de dados somente levando em conta o Acesso e Disponibilidade de nossos Serviços na Internet, por um único e Competente Link de Dados Dedicado que operou **99% 24x7** CORECON-SP. neste mesmo ano esses 99% infelizmente

traduzem os roubos de cabos e estruturas físicas ocorridas na região onde reside o Data Center

Sistema de Chamados Interno (Colaboradores CORECON-SP).

Abertura de Chamados TIC - CORECON-SP

Abra seu chamado para que nossos Técnicos possam lhe atender da melhor forma.

Esta ferramenta propicia um atendimento mais preciso e por consequência mais efetivo e rápido

Nosso Sistema de Abertura de Chamados Interno, funcionou adequadamente no ano de 2021, proporcionando maior precisão nos atendimentos e maior agilidade devido à padronização contínua proporcionada, chegando ao chamado de número 10150 no último dia trabalhado em 2021.

1573 Chamados Técnicos realizados em 2021, chegando a média de 6 por dia em 252 dias úteis no que tange ao suporte de todos os colaboradores do CORECON-SP sede e total geral de 4161 contabilizando todos nossos atendimentos e intervenções com uma média geral de 17 suportes/atendimentos por dia.

Serviços prestados pelo Departamento de Informática

RESUMO Tarefas, Rotinas e Atribuições Ano de 2021 Tecnologia da Informação			
Tipo de Ocorrência / Rotina / Incidência / Problema	Atendimentos	QTDE	Total
Suporte às Delegacias Regionais	75	11	825
Suporte aos Economistas	56	56	56
Manutenção Preventiva e Corretiva nos Servidores	43	11	473
Manutenção Preventiva, Corretiva + Ajuste Fino de HARDWARE	15	60	900
Suporte à troca de versão SISCAFW	8	55	440
Suporte à Sede Office, Sicafw, Rede, Email, Impressoras, Etc.	1427	1427	1427
Cotações/Confecção de DV(s)	11	11	11
Processo de Licitação Esclarecimentos e Questionamentos	6	6	6
Reuniões para validação dos objetos, propostas e objetos de Licitação.	23	23	23
Quantidade Refere-se a Usuários, Equipamentos e Fornecedores.			4161

MEDIDAS PARA OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS E CONTRATOS DE SERVIÇOS DE OUTSOURCING



Controle efetivo de impressões pessoais com regramento de quantidade de cópias estipulado e cobrança das unidades que extrapolarem o limite, com essa política implementada houve um ganho efetivo na produtividade de todo o expediente, redução significativa de incidentes na impressora e economia de até 15% no custo efetivo de impressão deste Conselho. Adequação as normas de segurança da informação e mais recentemente adequação à LGPD com todas as premissas, inclusive DLP (Data Loss Prevention) Prevenção a perda e divulgação de Dados, faltando somente algumas necessidades ainda não cumpridas por falta de investimento adequado o que provavelmente será sanado ou minimizado pela atual Administração.



Com as implementações e refinamentos de nossa infraestrutura de Firewall UTM de próxima geração, juntamente com o contrato ativo desta mesma suíte de serviços com os módulos de EndPoint também implementados, estamos com os relatórios mais enxutos, concisos e com um monitoramento mais eficaz e preventivo, tanto para manutenção preventiva, corretiva, prevenção a incidentes ou alguma alteração necessária para compatibilidade/requisito de alguma ferramenta, rede VPN e com incidente 0 no que tange a malwares em relação ao

expediente/dados da Empresa.

Marco Aurélio Freitas
Chefe do Departamento de Informática

3.7. Departamento de Imprensa

A atual Gerência Executiva (Gestão 2022) observou que o Departamento de Imprensa funcionou no ano de 2021 sem qualquer controle de atividades. Apesar da presença de duas estagiárias dedicadas e qualificadas, a inexistência ou insuficiência de coordenação do trabalho resultou em um departamento desorganizado, sem padronização, sem uniformidade nos serviços e com projetos sem acompanhamento, como o Ranking de Ações.

Foram registradas as seguintes atividades no Departamento no ano de 2021:

- Programação, administração e divulgação de palestras através do site, newsletter, Facebook e Instagram;
- Atualização e administração das redes sociais (Facebook e Instagram) com notícias, posts com conteúdo institucional e boletins econômicos;

- Auxílio de administração nas reuniões plenárias por meio da plataforma “Zoom”;
- Comunicação direta com os economistas através do direct (Instagram), messenger (Facebook), comentários nos vídeos do YouTube e funcionalidade Fale Conosco, no site do Corecon-SP;
- Encaminhamento aos departamentos adequados de e-mails enviados pelos economistas erroneamente para o e-mail da Imprensa;
- Confecção de artes para divulgação de palestras, lives e outros eventos;
- Realizações de pautas para vídeos da TV Economista, com destaque para o Programa Pergunte ao Barsi, bem como: gravação, edição (por meio de empresa terceirizada) e postagem no YouTube desses vídeos;
- Acompanhamento do Presidente Barsi e de outros Conselheiros em diversas entrevistas para veículos de imprensa, como: Exame, Infomoney, Afiliada da Globo em Campinas, O Estado de SP, entre outros;
- Envio de conteúdos à equipe de suporte do site para atualização de informações institucionais, como o Portal da Transparência;
- Criação de banners para atualização do site;
- Promoção do Evento CBE 2021 por meio de publicidade em veículos como: Valor Econômico, Exame, Infomoney e Uol;
- Edição e publicação de lives no YouTube relativos ao Mês do Economista.

Total de vídeos postados no YouTube em 2021: 76 vídeos

Total de Lives postadas no YouTube em 2021: 23 lives

Total de programas “Pergunte ao Barsi” postados no YouTube em 2021: 21 vídeos

Total de posts publicados nas redes sociais (Instagram e Facebook) 2021: 118 posts

Júlio Poloni
Gerente Executivo

3.8. Departamento de Arquivo

- 629 pastas de profissionais falecidos enviadas ao Pacaembu e registradas em planilha;
- realocação e organização de 1.144 pastas de estudantes vencidos, 2.728 pastas de profissionais cancelados; 775 pastas de profissionais com inscrição provisória vencida, 161 pastas de profissionais transferidos e 866 pastas de empresas canceladas, todos registrados em planilha;
- Todos documentos da Cobrança referentes a 2020 foram arquivados;
- 100% dos documentos referentes ao ano de 2021 dos Setores de Registro, Cobrança, Fiscalização e Jurídico, enviados até o mês de dezembro do respectivo ano, foram arquivados;
- arquivamento de 80 % de documentos, correspondências, envelopes e ARs, do Setor de Cobrança, referentes aos anos de 2017 a 2019;
- arquivados 4.562 documentos da Cobrança e 100 da Fiscalização;
- 914 pastas do Setor de Registro, 431 da Assessoria Jurídica e 29 do Setor de Fiscalização arquivadas;
- 255 novos inscritos tramitados e arquivados.

ATIVIDADES NECESSÁRIAS PARA O ANO DE 2022

- início do arquivamento dos documentos do Setor Jurídico referentes aos anos de 2015 a 2019;
- início da realocação das pastas de PF, com documentação excessiva, do arquivamento suspenso para o vertical;
- continuidade da realocação das pastas de PJ, com documentação excessiva, do arquivamento suspenso para o vertical;
- criação de planilha de CDAs;
- conclusão do arquivamento dos documentos do Setor de Cobrança referentes aos anos de 2015 e 2016;
- conclusão da realocação, organização física e planilha das pastas dos estudantes vencidos;
- continuidade da organização de documentos, do Registro e da Cobrança, dentro das pastas dos profissionais e empresas;
- continuidade do trabalho de retirada das pastas dos falecidos para disponibilização de espaço para os novos inscritos.

Angélica Maria do Carmo Panzica
Auxiliar Administrativo II – Setor de Arquivo

4. GOVERNANÇA.

4.1. Descrição das estruturas de governança.

A governança no CORENCON/SP baseia-se nas premissas de que o poder exercido deve ser realizado com transparência, legalidade impessoalidade, moralidade e, principalmente, com a prestação de contas à sociedade. Para o cumprimento destes princípios, a estrutura de governança do CORECON/SP envolve direcionamento das políticas e planos as necessidades das partes interessadas (profissionais economistas, usuários dos serviços da entidade, cidadãos e sociedade em geral).

Plenário:

- O Plenário é formado por 24 conselheiros (12 efetivos e 12 suplentes) eleitos por três anos, por voto direto dos economistas inscritos no CORECON-SP, com renovação de um terço a cada ano, quatro membros efetivos e quatro suplentes.
- Os cargos de Presidente, Vice-presidente e Conselheiro são exercidos de forma voluntária e representam relevante serviço à sociedade.
- O mandato do Presidente e Vice é de um ano permitida a reeleição por mais 02 (dois) períodos consecutivos, condicionada sempre a duração do respectivo mandato como Conselheiro.

4.2. Informações sobre os dirigentes e colegiados

O Plenário do CORECON/SP é o órgão máximo da entidade, formado por 12 Conselheiros efetivos e 12 Conselheiros suplentes e suas sessões são realizadas mensalmente, conforme cronograma anual.

O processo de escolha dos Conselheiros do CORECON/SP acontece por intermédio de eleições diretas realizadas anualmente, mediante os votos dos profissionais economistas em situação regular perante o Conselho, sendo renovado 1/3 (um terço) do Plenário da entidade todos os anos.

RELAÇÃO DE CONSELHEIROS DO CORECON-SP – 2ª REGIÃO

MEMBROS PLENÁRIO 2022		
1.º TERÇO (2019/2021)		
CONSELHEIROS EFETIVOS	RG	CPF
GESNER JOSÉ OLIVEIRA FILHO	6.968.227	013.784.028-47
ROBERTO PADOVANI	8.224.963-5	125.063.878-03
LUIZ BARSÍ FILHO	2.287.623-6	006.541.838-72
JOSÉ MARCOS DE CAMPOS	14.257.687	011.871.278-09
2.º TERÇO (2020/2022)		
CONSELHEIROS EFETIVOS	RG	CPF
GILSON DE LIMA GAROLFALO	2.991.671	066.681.358-20
VICENTE DE PAULA OLIVEIRA	2.646.957	025.660.108-97
PEDRO AFONSO GOMES	8.711.822-1	012.838.678-93
ODILON GUEDES DA ROCHA VELHO	3.525.300	450.273.158-72
3.º TERÇO (2021/2023)		
CONSELHEIRO	RG	CPF
GIL MARCOS CLARINDO DOS SANTOS	7.412.046	642.122.388-53
RICARDO TADEU MARTINS	12.316.135-6	032.337.168-00
SERGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA	7.226.617	001.338.128-80
NANCY GORETI GORGULHO CHAVES BRAGA	11.663.943	163.277.698-70

SUPLENTES		
1.º TERÇO (2019/2021)		
CONSELHEIRO	RG	CPF
ROBERTO GUENJI KOGA	8.047.026	778.741.458-87
SERGIO TADEU NABAS	6.323.029	514.168.918-20
FRANCISCO PRISCO NETO	4.664.716	700.357.098-04
MARIA TEREZA DE OLIVEIRA AUDI	3.569.077	764.519.848-68
2.º TERÇO (2020/2022)		
CONSELHEIRO	RG	CPF
HAROLDO DA SILVA	20.188.504	106.414.738-00
FERNANDA DELLA ROSA	13.453.671	065.882.938-60
JOSE MARCOS DE CAMPOS	14.257.687	011.871.278-09
RODRIGO DA SILVA MARIANO	45.395.844-8	764.519.848-68
3.º TERÇO (2021/2023)		
CONSELHEIRO	RG	CPF
CRISTINA FROES DE BORJA REIS	33.122.487-2	220.007.278-32
GUILHERME DE OLIVERIA SANTOS DIETZE	1825508	105.631.077-40
MARCEL DOMINGOS SOLIMEO	1.844.307	029.570.358-04
SALETE APARECIDA ROSSINI LARA	8.358.929-6	032.615.788-31

4.3. Atuação da unidade de auditoria interna

Relacionamos a seguir a atuação da auditoria interna:

- Supervisão em suas atividades, seja de levantamento de procedimentos, definição ou execução de testes de validação e transacionais;
- Acompanha atuação dos departamentos, visando sincronia de atividade;
- Auxilia na definição de programa de ação, a partir do que está estabelecido no programa Anual de Auditoria Interna;
- Elabora levantamento de procedimentos e confecciona Papel de Trabalho correspondente, na forma descritiva ou fluxografada;
- Executa testes de validação e de transação de acordo com programa de ação estabelecido;
- Emite pareceres intermediários a respeito de enfoques examinados;
- Estabeleça a adoção de plano de amostragem, aplicada ao sumário de volume;
- Observa o cumprimento de normas, procedimentos internos e determinações legais nos enfoques examinados;
- Formula recomendações a nível de Papel de Trabalho, com relação a pontos de racionalização, simplificação, fortalecimento do controle interno, segurança das informações, irregularidades ou divergências observadas nos enfoques examinados;

4.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.

De acordo com o art. 22, da Resolução 1.851/2011 do COFECON:

As responsabilidades pelos atos de gestão serão apuradas conforme as competências regimentais de cada gestor e as circunstâncias específicas, cabendo aos órgãos administrativos e judiciais competentes, após a apuração administrativa, e ao Tribunal de Contas da União a fixação de responsabilidades individuais e solidárias por irregularidades ou impropriedades, nos termos do artigo 12, I, da lei nº 8.443/92.

4.5. Gestão de riscos e controles internos

A alta direção do CORECON/SP considera os controles internos como elementos essenciais a consecução dos objetivos e o cumprimento da missão da entidade, contribuindo para alcançar os resultados planejados, bem como a estrita observância à legislação e regulamentos aplicáveis à entidade.

O nível de documentação é considerado adequado e suficiente, havendo a definição clara das responsabilidades, bem como das delegações de autoridade e competência, em documentos formais. Há normas que regulamentam a

guarda, estoque e inventário de bens e valores, buscando evitar perdas, danos ou mau uso do recurso do CORECON/SP. Os processos de trabalho são padronizados e estão descritos em procedimentos documentados. As metas e objetivos estão devidamente formalizados e há identificação clara dos processos crítico para execução das metas e objetivos da entidade

É prática da Plenária a identificação dos riscos envolvidos em seus processos, bem como da probabilidade de sua ocorrência e da necessidade de adotar ações para mitigar esses riscos. Quando fraudes, desvio ou condutas inadequadas são identificados, CORECON/SP instaura inquérito ou sindicância interna buscando apurar as responsabilidades envolvidas e o eventual ressarcimento do dano, quando aplicável.

A realização periódica de auditorias internas garante a confiabilidade das informações financeiras produzidas, bem como a qualidade e transparência dessas informações.

Os instrumentos de controle interno da entidade são constantemente avaliados, buscando verificar sua validade suficiência e qualidade, contribuindo para a melhoria de seu desempenho.

4.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados.

Os serviços prestados pelos Conselheiros e membros do sistema CORECON/SP tem caráter voluntário e gratuito.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1. Canais de acesso do cidadão.

Os economistas e público em geral podem acessar os serviços oferecidos pelo CORECON/SP por meio de seu atendimento presencial na sede da entidade, bem como em suas 11 Delegacias Regionais, instaladas nas principais cidades do estado de São Paulo.

Além do atendimento presencial, o CORECON/SP coloca à disposição dos usuários o serviço de teleatendimento. Também encontra à disposição do público o serviço Fale Conosco, por meio de formulário on-line disponível no portal do CORECON/SP na internet. Os profissionais economistas, devidamente registrados no Conselho, tem à disposição o acesso a diversos serviços por meio dos serviços on-line, mediante número de registro e senha no portal do CORECON/SP na internet.

5.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários.

Com a finalidade de buscar a melhoria continua dos serviços prestados pela entidade, temos no site (<http://www.coreconsp.org.br/>) um link Fale Conosco em que o público e os profissionais podem enviar suas dúvidas e sugestões, além do canal de Ouvidoria, também disponibilizado eletronicamente.

5.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O CORECON/SP mantém à disposição dos profissionais e da sociedade as informações consideradas relevantes para o acompanhamento de resultados da gestão da entidade, que podem ser acessadas pela internet por qualquer cidadão interessado. O CORECON/SP utiliza ferramentas tecnológicas que buscam divulgar informações atualizadas dos profissionais e da sociedade. O portal do CORECON/SP na internet (<http://www.coreconsp.org.br/>) oferece serviços, disponibiliza a legislação de interesse da profissão, além de informações institucionais.

5.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

A sede do CORECON/SP está situada no Centro de São Paulo na capital Paulista, na Rua: Libero Badaró nº425 no 14º (décimo quarto andar) próximo às estações Anhangabaú e São Bento do metrô, propiciando fácil acesso ao local.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Desempenho financeiro do exercício

O resultado financeiro é representado pela diferença entre ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei nº 4.320/64, alinhado também com as orientações emanadas pelo Cofecon.

6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O laudo de avaliação é elaborado pela Contabilidade. A depreciação é feita conforme os bens Móveis e Utensílios vão se desgastando (tempo de vida útil de 10 anos e valor residual de 10%), sendo necessário fazer uma revisão. No caso dos Imóveis, o tempo de vida útil é de 25 anos e o valor residual é de 10%. Esgotado esse prazo, a depreciação precisa ser apurada e atualizada.

6.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Item não aplicável. Ainda não foi possível implementar um sistema de custos, tendo em vista limitações técnicas e/ou tecnológicas.

6.4. Balanço Orçamentário (Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64)

6.4.1. Balanço Orçamentário – Receitas

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021				
Balanço Orçamentário				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	14.195.000,00	14.195.000,00	9.250.202,12	-4.944.797,88
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.220.000,00	8.220.000,00	6.771.479,00	-1.448.521,00
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	5.764.000,00	5.764.000,00	4.528.904,18	-1.235.095,82
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	4.984.000,00	4.984.000,00	3.858.319,72	-1.125.680,28
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	780.000,00	780.000,00	670.584,46	-109.415,54
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	2.456.000,00	2.456.000,00	2.242.574,82	-213.425,18
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	2.036.000,00	2.036.000,00	1.920.988,44	-115.011,56
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	420.000,00	420.000,00	321.586,38	-98.413,62
RECEITA PATRIMONIAL	967.000,00	967.000,00	36.000,00	-931.000,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	36.000,00	36.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	967.000,00	967.000,00	0,00	-967.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	238.000,00	238.000,00	183.007,33	-54.992,67
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	34.000,00	34.000,00	109.785,87	75.785,87
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	41.000,00	41.000,00	21.775,35	-19.224,65
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	163.000,00	163.000,00	43.899,16	-119.100,84
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	7.546,95	7.546,95
FINANCEIRAS	0,00	0,00	310.795,03	310.795,03
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	310.795,03	310.795,03
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	310.795,03	310.795,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.770.000,00	4.770.000,00	1.948.920,76	-2.821.079,24
MULTAS DE INFRAÇÕES	25.000,00	25.000,00	0,00	-25.000,00
DÍVIDA ATIVA	230.000,00	230.000,00	1.066.867,93	836.867,93
FASE ADMINISTRATIVA	105.000,00	105.000,00	243.058,26	138.058,26
FASE EXECUTIVA	125.000,00	125.000,00	823.809,67	698.809,67
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	2.509,63	2.509,63
RECEITAS DIVERSAS	4.515.000,00	4.515.000,00	879.543,20	-3.635.456,80
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	4.090.000,00	4.090.000,00	212.698,21	-3.877.301,79
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	900,00	900,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	900,00	900,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	900,00	900,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	14.195.000,00	14.195.000,00	9.251.102,12	-4.943.897,88
DÉFICIT	0,00	0,00	3.451.640,03	3.451.640,03
TOTAL	14.195.000,00	14.195.000,00	12.702.742,15	-1.492.257,85

6.4.2. Balanço Orçamentário – Despesas

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Balanço Orçamentário

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	13.945.900,00	13.985.900,00	12.701.444,25	12.701.444,25	12.701.444,25	1.284.455,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.250.800,00	3.595.724,05	3.245.754,74	3.245.754,74	3.245.754,74	349.969,31
REMUNERAÇÃO PESSOAL	2.606.500,00	2.351.124,05	2.077.513,30	2.077.513,30	2.077.513,30	273.610,75
ENCARGOS PATRONAIS	644.300,00	1.244.600,00	1.168.241,44	1.168.241,44	1.168.241,44	76.358,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	51.264,00	179.264,00	156.940,59	156.940,59	156.940,59	22.323,41
FINANCEIRAS	51.264,00	158.264,00	151.826,92	151.826,92	151.826,92	6.437,08
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	0,00	20.000,00	4.563,67	4.563,67	4.563,67	15.436,33
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.546.286,00	3.912.061,95	3.168.764,44	3.168.764,44	3.168.764,44	743.297,51
BENEFÍCIOS A PESSOAL	566.100,00	911.446,95	647.279,60	647.279,60	647.279,60	264.167,35
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	34.300,00	34.300,00	10.739,59	10.739,59	10.739,59	23.560,41
USO DE BENS E SERVIÇOS	1.489.353,00	1.469.692,00	1.203.543,27	1.203.543,27	1.203.543,27	266.148,73
SERVICIOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	2.456.533,00	1.496.623,00	1.307.201,98	1.307.201,98	1.307.201,98	189.421,02
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.831.250,00	1.732.750,00	1.714.277,63	1.714.277,63	1.714.277,63	18.472,37
TRIBUTOS	3.850,00	5.350,00	4.124,94	4.124,94	4.124,94	1.225,06
CONTRIBUIÇÕES	1.827.400,00	1.727.400,00	1.710.152,69	1.710.152,69	1.710.152,69	17.247,31
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	4.121.200,00	4.461.000,00	4.316.700,09	4.316.700,09	4.316.700,09	144.299,91
SERVIÇOS BANCÁRIOS	145.100,00	105.100,00	99.006,76	99.006,76	99.006,76	6.093,24
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	101.500,00	61.500,00	1.297,90	1.297,90	1.297,90	60.202,10
INVESTIMENTOS	101.500,00	61.500,00	1.297,90	1.297,90	1.297,90	60.202,10
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	101.500,00	61.500,00	1.297,90	1.297,90	1.297,90	60.202,10
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	14.047.400,00	14.047.400,00	12.702.742,15	12.702.742,15	12.702.742,15	1.344.657,85
SUPERÁVIT	147.600,00	147.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	14.195.000,00	14.195.000,00	12.702.742,15	12.702.742,15	12.702.742,15	1.344.657,85

6.5. Balanço Financeiro (Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64)

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	9.251.102,12		Despesa Orçamentária	12.702.742,15	
RECEITA REALIZADA	9.251.102,12		CREDITO EMPENHADO – PAGO	12.702.742,15	
RECEITA CORRENTE	9.250.202,12		DESPEZA CORRENTE	12.701.444,25	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.771.479,00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.077.513,30	
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	4.528.904,18		ENCARGOS PATRONAIS	1.168.241,44	
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	3.858.319,72		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.168.764,44	
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	670.584,46		TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.714.277,63	
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	2.242.574,82		DEMAIS DESPESAS CORRENTES	4.316.700,09	
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	1.920.988,44		SERVIÇOS BANCÁRIOS	99.006,76	
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	321.586,38		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	156.940,59	
RECEITA PATRIMONIAL	36.000,00		DESPEZA DE CAPITAL	1.297,90	
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	36.000,00		INVESTIMENTOS	1.297,90	
RECEITA DE SERVIÇOS	183.007,33				
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	109.785,87				
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	21.775,35				
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	43.899,16				
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	7.546,95				
FINANCEIRAS	310.795,03				
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	310.795,03				
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	310.795,03				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.948.920,76				
DÍVIDA ATIVA	1.066.867,93				
FASE ADMINISTRATIVA	243.058,26				
FASE EXECUTIVA	823.809,67				
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	2.509,63				
RECEITAS DIVERSAS	879.543,20				
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	212.698,21				
RECEITA DE CAPITAL	900,00				
ALIENACAO DE BENS	900,00				
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	900,00				
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	59.381,86		Pagamentos Extraorçamentários	251.918,71	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Processados		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	336,00		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	158.662,24	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	59.045,86		Outros Pagamentos Extraorçamentários	93.256,47	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	13.641.812,42		Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	9.997.635,54	
Caixa e Equivalente de Caixa	13.641.812,42		Caixa e Equivalente de Caixa	9.997.635,54	
Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados		
Total:	22.952.296,40			22.952.296,40	

6.6. Balanço Patrimonial (Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64)

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021			
Balanço Patrimonial			
ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	10.181.723,93	PASSIVO CIRCULANTE	60.658,04
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.997.635,54	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.195,10
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	46.819,42
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	10.097,40
ESTOQUES	49.738,63	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	134.349,76	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A CURTO PRAZO	0,00
	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.546,12
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	30.189.008,87	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	23.787.751,36	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	23.787.732,94	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - PROFISSIONAIS E EMPRESAS (CLIENTES)	23.787.732,94	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
Decorrente de Anuidades	23.787.732,94	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	18,42	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00
IMOBILIZADO	6.401.257,51		0,00
BENS MÓVEIS	2.301.001,64		0,00
BENS IMÓVEIS	4.100.255,87		0,00
INTANGÍVEL	0,00		0,00
		TOTAL DO PASSIVO	60.658,04
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Demais Reservas	0,00
		Resultados Acumulados	40.310.074,76
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.310.074,76
TOTAL	40.370.732,80	TOTAL	40.370.732,80
ATIVO FINANCEIRO	12.341.307,23	PASSIVO FINANCEIRO	60.658,04
ATIVO PERMANENTE	28.029.425,57	PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL			40.310.074,76
Compensações			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo do Atos Potenciais Ativos		Saldo do Atos Potenciais Passivos	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro			
	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Superávit Financeiro	12.280.649,19	15.890.525,18	

6.7 Notas explicativas

Considerações sobre as demonstrações contábeis à luz da lei 4.320/64.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei 4.320/64.

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário previsto no artigo 102 e no anexo 12 da Lei 4320/64, apresenta as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento, em confronto com as receitas arrecadadas e as despesas executadas respectivamente.

As receitas orçamentárias são caracterizadas conforme o artigo 11 da Lei 4.320/64 e seguem o regime contábil de caixa, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva arrecadação, e as despesas seguem o regime contábil da competência, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (artigo 35 da Lei 4320/64).

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro previsto no art. 103 e no anexo 13 da Lei 4.320/64, demonstra as receitas e despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, sendo que o Restos a Pagar do exercício são computados na receita extra orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

As receitas orçamentárias possuem nesse balanço os mesmos critérios de classificação adotados no Balanço Orçamentário.

As contas listadas no grupo da Receita extra orçamentária são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se os valores inscritos em restos a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da lei 4.320/64, compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados nas despesas.

Balanço Patrimonial

O resultado patrimonial também está evidenciado em peça integrante do processo de Prestação de Contas.

7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO DE PESSOAS

7.1. Gestão de pessoas

7.1.1. Relação de funcionários

Angélica Maria do Carmo Panzica	Efetivo	Auxiliar administrativo II
Antenogene da Silva Filgueira	Não efetivo	Zelador
Bruna Fernandes Koski	Efetivo	Agente fiscal
Carlos Antonio Brito Guimarães	Efetivo	Auxiliar administrativo I
Carlos Eduardo da Silva Pinto	Não efetivo	Assessor da Presidência II
Claudete da Silva Magalhães	Efetivo	Auxiliar administrativo I
Claudio Ribeiro da Silva	Efetivo	Auxiliar administrativo II
Clayton Jesus da Silva Souza	Efetivo	Assistente técnico de informática
Daniela Maria dos Santos Nascimento	Efetivo	Auxiliar administrativo I
Edison Massami Mimura	Efetivo	Auxiliar de serviços gerais
Elisabeth Richter	Efetivo	Assistente administrativo II
Fabio Eduardo Moribe de Almeida	Efetivo	Agente fiscal
Fernanda Costa Maldonado	Não efetivo	Auxiliar administrativo I
Francine Parra Pastor Reis	Efetivo	Auxiliar administrativo I
Gilberto Antonio Dias	Efetivo	Auxiliar administrativo II
Magna Flora Pessoa	Não efetivo	Auxiliar de serviços gerais
Marcela Sun Lee	Efetivo	Auxiliar administrativo I
Marcia Gomes Godoy Sá	Efetivo	Auxiliar administrativo II
Marco Aurélio Martins de Freitas	Efetivo	Assistente técnico de informática
Nayla Valentim Canhizares Izaias	Efetivo	Auxiliar administrativo I
Neia de Souza Sá Teles	Não efetivo	Assessor da Presidência II
Rafael Tolentino Rodrigues	Efetivo	Assistente administrativo II
Ricardo Colantoni	Efetivo	Assistente técnico de informática
Rilzi Aparecida Alamo	Efetivo	Auxiliar administrativo I
Rita de Cassia Zaquello	Não efetivo	Assessor da Presidência II
Ticiane Cristina Rocha Viana	Efetivo	Auxiliar administrativo I
26 colaboradores	20 Efetivos 6 Não efetivos	31/12/2021

7.1.2. Relação de estagiários

Beatriz Bianchi Veloso
Beatriz Nascimento da Silva
Beatriz Nascimento Elias
Brayan de Oliveira Rocha
Bruna Moreira de Brito
Fabiana Fernandes Fonseca
Fernanda Benevides Penkal
Giovanna Martins Siqueira
Giovanni Cipolari Sabino
Gislaine Cristina da Silva Santos Cesar
Isabella Contratesi da Silva
Jennifer Silva Reis da Costa
Matheus Henrique Veneziani de Oliveira
Nayane Campos Vasconcelos
Rute da Silva Moraes
Samara Teixeira Pequeno
Tais Alessandra Vieira
Vitoria Cristina Domingos Beto
Vitoria de Souza Xavier
19 estagiários
31/12/2021

7.2. Benefícios concedidos aos funcionários do Corecon-SP

Vale Transporte, Vale Refeição, Vale Alimentação e Auxílio Médico.

7.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Item não aplicável. Não há gestão de riscos.

7.4. Contratação de mão de obra temporária.

Contratação do jornalista Júlio Poloni, por 30 dias, no mês de dezembro para conclusão dos trabalhos referentes ao CBE.

8.CONTROLE INTERNO E DE ÓRGÃOS EXTERNOS

Este Conselho procura seguir as determinações e recomendações exaradas pelo TCU, proporcionando a correção nos gastos do Erário Público.

Na Autarquia não há unidade de controladoria interna. Contudo, a função de órgão de controle interno é exercida através de sua Comissão de Tomadas de Contas – CTC, constituída por meio do Regimento Interno.

Resolução nº 1832, de 30 de julho de 2010, Regimento Interno do COFECON:

Art. 58. O Plenário do COFECON, na primeira Sessão Anual, elegerá duas comissões permanentes, a Comissão de Tomada de Contas e a Comissão de Licitação.

§ 1.º A Comissão de Tomada de Contas – CTC será constituída de seis membros, escolhidos entre os Conselheiros Efetivos que integram o Plenário, com mandato de 01(um) ano, inadmitida a recondução, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, sendo 03(três) Conselheiros titulares e igual número de Suplentes, com a competência para exercer a função de controle interno do Sistema integrado pelo COFECON e pelos Conselhos Regionais, além das seguintes atribuições:

I. Avaliar os controles orçamentários, financeiros e de Gestões internas do COFECON e dos CONSELHOS REGIONAIS, emitindo pareceres que serão submetidos à deliberação do Plenário.

II. Proceder a verificações e vistorias em qualquer unidade do Sistema COFECON/CORECON.

§2.º Em sua primeira reunião a CTC elegerá o seu presidente, ao qual competirá, além da direção dos trabalhos, a convocação das demais reuniões;

§3.º É vetada a participação dos atuais presidentes e vice-presidentes como membros da CTC, bem como dos ex-dirigentes cujas contas estejam pendentes de aprovação.

§4.º A comissão de Licitação será constituída de três membros, um membro escolhido entre os Conselheiros Efetivos, que a presidirá, e de dois funcionários permanentes do COFECON, com mandato de 01 (um) ano, inadmitida a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período e um do quadro de funcionários do COFECON, com a competência para examinar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pela legislação pertinente.

Cabe ao Conselho Federal de Economia apurar as responsabilidades pela inobservância por parte dos Conselhos Regionais de Economia das suas obrigações por intermédio de Tomada de Contas Especial.